

PROPONENTES: UGT - UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

FETEESC – FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM
ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO ESTADO DE SANTA
CATARINA

EIXO TEMÁTICO:

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E FLEXIBILIZAÇÃO DE MODELOS DE FORMAÇÃO

TÍTULO DO PROJETO:

[i@CESSO](#)¹ - EDUCAÇÃO CIDADÃ

Visando atender à Chamada Pública CNE 01/2009, que trata de convocação para apresentação de projetos propositivos ao **Fórum Nacional de Educação Superior** ensejando documento referência sobre os desafios e estratégias nacionais para o desenvolvimento da Educação Superior, e cujo documento, será apresentado como instrumento oficial brasileiro na **Conferência Mundial de Educação Superior**, à realizar-se em julho de 2009, em Paris/França; vem as entidades acima epigrafadas oferecer as proposta de projeto “Educação Cidadã com [i@acesso](#) (com acesso inteligente e integrado)”, dentro do eixo temático – Democratização de acesso e flexibilização de modelos de formação – para as quais oferta as seguintes considerações e propostas:

SINÓPSE TEMÁTICA DO PROJETO [i@ACESSO](#)

A proposta vai ao encontro do eixo temático - Democratização do Acesso e Flexibilização de Modelos de Formação – cuja essência é colhida do PNE – Plano de Nacional da Educação. Assim o projeto elenca, nesta primeira consideração, as potencialidades da proposta oferecida para fins mais didáticos, a saber:

1. Mídias alternativas - para aplicação em Educação à Distância (EAD)², além de

¹ [i@acesso](#) – quer designar a idéia de acesso rápido, integrado e inteligente à processo educativos com uso de mídias inteligentes e centros de excelência tecnológica.

² EAD – sigla adotada pelo MEC para designar uma modalidade de ensino, o ensino à distância. Compõe-se de instrumentos telemáticos aonde o aluno acessa de pontos remotos os conteúdos a serem apreendidos. Os conteúdos

computadores, visando Ensino Superior de formação e qualificação, e/ou de complementação de estudos;

2. TELECENTROS - implantação de novos, e adequação dos já existentes como centros formadores de educação tecnológica básica, formal e profissionalizante de massa, ensinando:

2.1. Ênfase na tecnologia associada ao ensino formal superior, será um grande atrativo para classes de baixa renda sem acessibilidade real, qualificação e complementação de estudos;

2.2. aplicação de hardware e software; utilização de iPones, celulares 3G, etc...

2.3. uso prático de computadores.

3. EAD no celular - utilizado em trajetos pequenos mas que demandam muito tempo perdido como em filas de ônibus, bancos, etc. Uma ferramenta poderosa para ocupar o tempo com estudo, pode ser ministrado ensino básico de:

3.1. Línguas (várias) – formação ou complementação superior;

3.2. jogos eletrônicos educativos (vários);

3.3. português descomplicado;

3.4. conhecimentos gerais, história, geografia;

3.5. jogos matemáticos e de raciocínio lógico; etc... .

4. Infra-estrutura básica focada em Telecentro - Segundo portal Gesac, são mais de 3.480 Telecentro coordenados e gerenciados pelo portal, vide www.portalgesac.org.br.

5. Parcerias - Estratégia inicial a parceria Federal – aplicação e coordenação do conceito Telecentro para o projeto i@acesso educação cidadã;

5.1. Municipal: Infra-estrutura física e logística, operação e limpeza;

5.2. Estado: investimento em treinamento e recursos humanos, professores e técnicos administrativos;

5.3. Federal: investimento inicial infra-estrutura de equipamento e meios de acesso;

são ministrados por professores e tutores que podem dar acompanhamento on-line ou não. A mais antiga forma de educação à distância já era ministrada por cursos livres apostilados como o Instituto Monitor, por exemplo.

6. Gerência compartilhada.
7. Gestão pública e privada;
8. Responsabilidade social e solidária.
9. Responsabilidade técnica - para viabilização de tecnologias alternativas e aplicação das já existentes, devem ser executadas pelas Instituições Federais, CEFETS.
10. Responsabilidade Didático-pedagógica - a pesquisa de meios e outras alternativas de educação inclusiva, projetos de pesquisa e extensão, devem ser executados pelas Universidades Federais, Estaduais, Municipais e Privadas.
11. Responsabilidade administrativa e financeira – devem ser exercidas por conselho de administração com representação dos três níveis de governo proporcional, e, da iniciativa privada parceira. Esta previsão encontra suporte na LDB e no PND.
12. Quadro administrativo executivo – poderá ser composto também pela iniciativa privada, que responde pelo caráter social da inclusão do educando ao mercado de trabalho. Também será parceiro viabilizador de emprego e renda na forma de projetos do CODEFAT, SINE dentre outros, com aporte para as instituições de Telecentro educativos avançados (GeSAC) que optem aderir o programa [i@acesso](#).
13. Iniciativa privada, juntamente com poder público responde pela responsabilidade social - é a integração do jovem no mercado de trabalho objetivando sua inserção nas áreas de conhecimento dominadas pelo processo ensino-aprendizagem do programa [i@acesso](#). Devem, portanto prover meios de:
 - 13.1. Transporte, estágios, alimentação, renda mínima (bolsa escola, ou outra alternativa),
 - 13.2. oportunidade real de empregabilidade ao final dos cursos.

APRESENTAÇÃO

A IDÉIA – O Telecentro e o PROJETO [i@acesso](#)

Em vista do sucesso apresentado pelos Centros de Telesserviços Comunitários – TELECENTROS - como pólos de alavancagem do desenvolvimento sócio-econômico-cultural no norte europeu, esta proposta começou a ser seriamente discutida no Brasil no final de 1990.

Coordenada pela TELEBRÁS, e a antiga empresa de telecomunicações de Santa Catarina - TELESC, iniciou sua participação nestas discussões já no primeiro semestre de 1991, fundamentada na experiência adquirida com a operacionalização de seu projeto SACI – Serviço de Atendimento ao Cidadão.

Esta experiência serviu para que hoje, muitos Telecentro, por iniciativa do governo federal, fossem implantados. Muitos assumiram perfis adequados às regiões aonde atuam, outros optaram por canalizar seus recursos para empreendedorismo empresarial; contudo, todos têm um padrão e um objetivo fundamental, inclusão tecnológica e acessibilidade pública de massa.

Com a presente tese, busca-se ampliar a proposta de Telecentro com a concepção de mais módulos que atendam as necessidades sociais por demanda de tecnologia. Neste sentido, e preocupado com a questão da chamada “cidadania digital” o governo federal tem empreendido um programa que intitula computador para todos, cujo maior objetivo é de oportunizar acesso ao computador a um maior número de pessoas. Esta proposta faz parte do projeto e-Gov (governo eletrônico) com os objetivos finalísticos de um TELECENTRO, porém, sem se dar conta do inevitável: a impossibilidade de levar tecnologia a uma grande massa da população, muitas vezes carente, que não possui nenhum tipo de acesso a tecnologias de informação.

O atendimento no Telecentro é feito em regime de parceria entre as entidades interessadas em prestar serviços às comunidades, utilizando serviços e aplicações de telecomunicações e informática. A associação destas duas tecnologias têm sido caracterizadas como telemática. A finalidade de um Telecentro é exatamente esta: transformar, não a nossa vida doméstica, mas determinadas áreas da nossa vida em sociedade. É um conceito, antes de ser um ‘negócio’. É uma proposta que enseja novos paradigmas que buscam integrar esforços, neste caso: tecnologia, serviços, demandas sociais, empresas, novidades, etc..., que visa como resultado a satisfação social. Independente de tempo ou lugar, pode-se dizer que o Telecentro deve ser de fácil acesso. Deve ser uma ‘DATARIA’, ou seja, um elemento comum na vida diária do povo, tanto quanto uma cafeteria ou padaria.

O estudo da ligação entre Telecentro e a cidadania, vai muito além do simples fato de oportunizar acesso a tecnologia, significa que os espaços de Telecentro podem ser promotor de educação cidadã, principalmente à criança e ao adolescente. A deficiência que o currículo escolar apresenta, sonhando as informações necessárias para o 'conhecimento' da Constituição Federal - por exemplo -, instrumento base do sujeito praticante de seus direitos, pode e deve ser suprido com apoio da tecnologia, exercendo seu direito ao acesso dessa informação via Telecentro.

Como o Telecentro nasceu com a proposta de prestação de serviços em vários setores, passando desde pagamentos de simples contas em instituição bancária, até a educação e disseminação da informática como instrumento de apoio ao alavancamento sócio-econômico-cultural da região onde está localizado, qualquer que seja o serviço prestado, deverá levar sempre em conta que a prestação deste serviço se dê com base em uma tecnologia de ponta utilizando massivamente a informática como instrumental de apoio.

O embasamento teórico da presente está fundamentado nas disciplinas teóricas cursadas na Engenharia de Produção e Sistemas a saber: Introdução ao estudo da Consciência, Impacto Social das Tecnologias da Informação, Tecnologia da Informação jurídica, Tecnologias em Mídia e Conhecimento, Inteligência Empresarial Estratégica, Contra-inteligência e Governo Eletrônico; será ainda, orientado pelos referenciais que nortearam a concepção e implantação de Telecentro piloto, fundamentalmente, o projeto piloto – Telecentro de Brusque – SC, que serviu de base a todos os demais Telecentro no país. A revisão bibliográfica em matéria específica sobre o tema é escassa, contudo amplia-se o espectro das bibliografias buscando temas correlatos sobre inclusão digital, sociedade da informação, ciberespaço, e sociedades virtuais, além de toda a bibliografia orientada pelo programa de pós-graduação interdisciplinar em ciências humanas do CFH/UFSC e do Centro de Educação/UFSC - CED.

Em termos de experiências bem sucedidas encontraremos base nos Telecentro dos países nórdicos, cuja literatura a respeito é estudada pelas organizações internacionais de telecomunicações, e como não poderia deixar de ser, o suporte técnico-teórico no Brasil será encontrado através das experiências e compilações das já extintas empresas de telecomunicações TELEBRÁS e TELESC, responsáveis pelo projeto piloto no Brasil.

Este referencial inclui toda literatura já produzida a respeito de Telecentro na TELESC, bem como fitas de vídeo e entrevistas com os principais responsáveis. Grande parte das matérias a respeito de Telecentro está sob a forma de periódicos, e algumas dissertações de mestrado e teses de doutoramento.

Também apresentará como referencial o atual projeto do Governo Federal, do Ministério das Comunicações intitulado GESAC – Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão, suas portarias, estatutos, organização social e, experiências.

OBJETIVO

O principal objetivo deste trabalho é oferecer como proposta, visando estratégias para o desenvolvimento da Educação Superior, a reestruturação do projeto Telecentro, num viés educacional, com base nos preceitos sócio-educacionais da Constituição Federal, possibilitando que o mesmo torne-se instrumento de inclusão digital cidadã, resgatando a condição humana dos excluídos da acessibilidade tecnológica no Brasil, uma vez que o mesmo serve de alavancador sócio-econômico-político-cultural.

Objetivos específicos

A proposta de reestruturação do projeto Telecentro como instrumento de inclusão digital cidadã para resgate da condição humana, passa por algumas análises e críticas do atual processo de mundialização, quais sejam:

- a) análise crítica acerca do processo de inclusão digital no Brasil;
- b) análise da proposta de governo sobre suas medidas para informatizar o serviço público;
- c) análise histórica do projeto Telecentro no Brasil;
- d) apontar e analisar os avanços das tecnologias educativas no Brasil e sua possível aplicação em Telecentro;
- e) a sistematização de projetos para Telecentro com participação efetiva de centros de pesquisa e universidades;
- f) crítica ao acesso democrático às informações como pressuposto para a transformação da sociedade da informação, e;
- g) análise e crítica do papel da escola no processo de alfabetização tecnológica e na formação do cidadão.

JUSTIFICATIVA

A justificativa deste trabalho encerra-se no contexto do inexorável processo de mundialização por que passam todos os países. O fator que mais tem contribuído para este advento, é sem dúvidas, a informatização de bens e serviços de todas as ordens, que atinge todos os níveis da economia mundial.

O Brasil, por estar também inserido neste mesmo contexto da globalização, vem

desenvolvendo esforços, no sentido de adequar-se às imperativas transformações exigidas por uma sociedade que se torna cada vez mais informatizada. É o advento da sociedade da informação.

O governo federal vem desembolsando consideráveis quantias para:

- a) modernizar serviços públicos,
- b) facilitar acesso às informações do governo por vias tecnológicas,
- c) tentar democratizar o acesso às informações.

Tudo isso para colocar a sociedade brasileira em linha de frente com os demais países, que já vêm investindo na área de serviços públicos de fácil acesso para o cidadão.

Porém, não basta apenas democratizar o acesso às informações públicas. Existe a necessidade de preparar a sociedade como um todo, para viver e usufruir as modernidades tecnológicas. Ajudar a sociedade a evoluir, investir e trabalhar dentro deste contexto mundial de informatização social. É a chamada inclusão digital.

A inclusão digital passa necessariamente por processos educativos, sem o qual, os projetos de inclusão digital do e-Gov brasileiro não poderão surtir efeitos a curto prazo.

A justificativa deste trabalho reside no fato de que, a crítica aos projetos do governo, deve ser seguida de uma proposta que viabilize uma possível solução, para atender às necessidades da atual demanda da sociedade da informação. Ou seja, este trabalho, aponta para uma proposta viável de criação de um instrumento que **viabilize a inclusão digital com base educativa, informativa, formativa e transformadora.**

O resgate do projeto Telecentro, obedecendo seus pressupostos formais, poderia ser adaptado as atuais iniciativas do governo, para gerar uma efetiva inclusão digital. Uma vez que, o Telecentro tem como principal objetivo servir como alavancador sócio-econômico-cultural da sociedade, atendendo as demandas por tecnologias da informação, vislumbra-se a sinergia existente entre estas duas propostas ‘Telecentro -> e-Gov -> **formação cidadã**’.

O Telecentro seria a grande solução, para diminuir-se o abismo que se apresenta entre aqueles que possuem acesso às facilidades tecnológicas, daqueles que nada possuem, nem mesmo direito ao acesso às tecnologias. No Brasil, os excluídos tecnológicos chegam a mais de setenta por cento da população.

Em outros países, os números da exclusão são variados, porém, são quase sempre maiores do que os índices da inclusão digital. Ou seja, este problema é mundial.

Por esta razão, os projetos de Telecentro, principalmente na Europa, tornaram-se importantes instrumentos de inclusão digital, por facilitar acesso físico aos instrumentos de inclusão digital.

Justifica-se, a presente proposta, por tratar da reestruturação de um projeto consolidado, de incentivo governamental, e que tem como escopo, a efetiva inclusão digital da sociedade. Pelo que se pôde perceber nas fundamentações históricas, - introdutórias e justificativas capítulo I - , e dos pressupostos e análises críticas que se fará, - a partir do capítulo II, quando e se, a presente proposta alcançar êxito no Fórum Nacional, - com a criação de uma comissão tripartite de caráter Nacional, tendo como operadores os membros do FNES que por ele se interessarem bem como, os proponentes devidamente homologados e autorizados.

CAPÍTULO I

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

Em uma breve análise: A tecnologia promove inclusão ou exclusão social?

As considerações que se faz, na discussão sobre inclusão/exclusão social advinda da tecnologia, obviamente, há que se centrar claramente na pergunta: em quê tecnologia?

Esta reflexão, vai ao encontro das modernidades das tecnologias da informação, ou seja, aquelas que se desenvolveram juntamente com uma poderosa ferramenta, pretensamente conhecida por todos, o computador. Fala-se da pretensão justamente porque este fato, 'conhecer' ou não o computador, em nada tem haver com saber utilizá-lo, ou não. Explicando melhor: conhecer algo em sentido genérico, e, nos dias atuais, consiste muito mais, em se tomar contato com..., notar-lhe a existência..., saber de seu uso, e até de seus potenciais recursos.

No entanto, quanto se fala em tecnologias da informação, “conhecer” passa a ter uma outra e importantíssima conotação, que transcende em muito o mero contato. O computador em si, com seus recursos e potenciais ferramentas de solução, só poderão operar seus efeitos caso o operador, saiba como fazê-lo. O conhecimento, no caso das tecnologias da informação passa a ter, desta forma, um perfil bastante claro, é preciso saber manipular.

A maior ou menor habilidade de manipulação desta tecnologia, irá definir a maior ou menor possibilidade de solução, advinda dos próprios recursos oferecidos pela tecnologia. Assim, parece falsa a impressão que se tem ao dizer que: “não há quem não conheça o computador”, assim como: “não há quem não conheça um telefone celular”, ou ainda: “não há quem não conheça um fax”.

Embora, esta posição de conhecimento pela manipulação, inspire uma postura utilitarista, podemos perceber que não o é, em função de que, muitas idéias podem num dado momento ser cogitadas apenas no mundo das idéias e, em contra-partida satisfazer plenamente, por outro lado, se a idéia tornou-se instigante a ponto de concretizar-se, o real imaginário torna-se muito mais

imperativo ao contato físico, posto que, passa habitar o nosso mundo real. A natureza humana tende a experimentar para aprovar ou não.

Estas constatações são muito fáceis de fazer, basta olharmos a história dos homens de ciência da idade média, que produziram tanto conhecimento, no sentido reflexivo, que ao longo de suas existências, foram atormentados, torturados, perseguidos e até mortos, pelas crenças contrárias do ideário vigente. Ocorreu, que o ideário não resistiu a experiência, ou melhor dizendo, a experimentação. Pois, aparentemente, ela por si só, justifica e valida a própria idéia.

Posso até negar que a terra gire em torno do sol, posso até reconsiderar que minhas idéias são absurdas, no entanto, à primeira experiência, derrota qualquer outra expectativa ou consideração.

A experiência parece ser o fator que nos leva não só a constatar, mas, ter uma “certeza” quase que absoluta a respeito desde ou daquele fenômeno, que agora, à luz da razão, parece contemplado.

Todos, em nossa sociedade contemporânea, parecem sentir, na concepção mais dramática de JUNG, que somos excluídos de antemão.

Não é apenas retórica de governo, mas uma triste constatação, quando órgãos como a Secretaria Especial para o Desenvolvimento Brasileiro, alega que os números de miseráveis chegam à casa dos 70.000.000 (setenta milhões de brasileiros), e pior ainda quando constata, que no último ano do atual governo, esta massa de miseráveis cresceu em mais 3.500.000 (três milhões e quinhentos mil) brasileiros.

Ora, este número de excluídos sociais, têm uma força probante tamanha para aqueles “não-excluídos”, que faz de qualquer evento novo, motivo de indagações e paranóias. É o que acontece com a tecnologia. A Educação à Distância (EAD), por exemplo, com base na informática, - esta última, adolescente com pouco mais de 10 anos -, vem tornando-se a grande paranóia social, seu crescimento é vertiginoso ano-a-ano. A coerção que os excluídos exercem é grande demais, para aqueles não-excluídos se permitam negar ou até mesmo questionar racionalmente qualquer tecnologia.

Talvez não se trate aqui abordar se a tecnologia é fator de exclusão ou inclusão social, mas de analisar se, a tecnologia não é também um fator excludente que inclui por coerção. O medo humano de se tornar obsoleto, inapropriado ou inadequado, promove a reação de assimilação e uso.

Corremos o risco de estarmos usando tecnologia, não porque conscientemente ela seja boa, mas porque não queremos fazer parte dos excluídos.

Agora, ao mesmo tempo que nos incluímos como partícipes das novidades, e nos tornamos

usuários – defensores -, optamos por fazer do modelo estabelecido, modo de vida, desconsiderando inclusive outros modos, - pregamos a utilidade e o benefício -, sem nos darmos conta se realmente são benéficos ou mesmo necessários. Neste ponto ajudamos a excluir, pois não consideramos outras possibilidades que não a modernidade e o avanço, não consideramos portanto os excluídos, que por o serem, não conseguem atingir o grau de acessibilidade no qual nos encontramos. Dirão os mais céticos, adeptos da seleção natural, - que vençam os mais fortes, aqueles mais adaptados - . Afinal “Adaptados” ao quê? À sociedade, às relações humanas, às vicissitudes, às catástrofes, à evolução da própria espécie, ou simplesmente, ao absurdo da ignorância do próprio homem? A inclusão exclui! O que gera mais exclusão é o absurdo medo de não ser 'homo technologicus', é estar fora do 'contexto'.

EM TESE CONCLUÍ-SE

A realidade dos excluídos

Não é de hoje que a preocupação com a exclusão digital tem se manifestado na maioria dos governos da terra. Com efeito, muitos países, principalmente os mais ricos, têm se mostrado atentos às dinâmicas sociais por conta da modernização que as tecnologias da informação vêm impondo ao mundo.

A sociedade humana, que passou por algumas revoluções históricas que abalaram os alicerces sócio-econômicos de suas épocas, está enfrentando hoje, o que talvez seja o seu maior desafio, ‘a revolução tecnológica do conhecimento’.

O pressuposto desta revolução, ao contrário das anteriores, é uma mudança total nos paradigmas sócio-econômico-culturais. Nunca, na história da humanidade, o mundo esteve tão à mão, nunca as pessoas estiveram tão perto, ou pode-se dizer: - tão conectadas.

Há os alarmes econômicos, que causam sérios abalos na economia, que ocorrem quase que em tempo real no mundo inteiro; é o caso das bolsas de valores. Há invasão cultural que permeia sorrateiramente usos e costumes locais como se globais fossem, é o caso das modas, televisão, revistas, etc.... Há profusão e massificação de ideologias, quer sejam originais, quer sejam reedições em tempo “record” na medida em que angariam adeptos na velocidade da rede (Awwab); é o caso do neonazismo, e outras contra culturas.

Tudo isso ocorre em tempo real, trafegando à velocidade da luz, ganhando bit-a-bit novos contatos humanos, que por sua vez, agregam valor intelectual interferindo com seus juízos, manifestações, adesões ou repúdios. Não importa! O que realmente importa, é que houve contato.

No entanto, há uma séria questão a ser levantada. Dos mais de seis bilhões de seres humanos na terra, quantos realmente estão “conectados”? Quantos realmente estão fazendo parte desta revolução tecnológica do conhecimento? Quantos estão servindo de multiplicadores das facilidades de comunicação e interação humanas?

Em artigo recente, desenvolvido para a ONU, o pesquisador e economista Jeremy Rifkin, citado no livro de Sérgio Amadeu da Silveira³ alerta que em pleno século 21, quase 65% das pessoas no mundo nunca haviam dado um telefonema, sequer conheciam o telefone. E aproximadamente 40% da população no mundo não possuíam acesso à energia elétrica, portanto, não conhecem a lâmpada elétrica. Como se pode imaginar uma sociedade global com tamanha exclusão de acessibilidade às modernidades básicas do mundo?

É o que observa o sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira quando trata sobre os números da desigualdade em seu livro, *Exclusão Digital - a miséria na era da informação*. Silveira observa que há extremos na questão da conectividade, e que os reflexos não estão apenas presentes nos países ricos ou pobres, é uma questão estrutural e de política social. Segundo Silveira:

“Os extremos da conectividade são gritantes. Os 24 países ricos do mundo integram a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), e apesar de abrigarem apenas 15% da população da Terra concentram 71% de todas as linhas telefônicas. Mas a concentração e a desigualdade não ocorrem somente entre países ricos e pobres, dentro dos pobres ou não-ricos temos discrepância também descomunais. Segundo os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1996 a cidade de São Paulo possuía 26,5 telefones fixos por 100 habitantes, representando 41% de todo o tráfego telefônico do país.” (SILVEIRA, 2001)

Ainda segundo Silveira, é possível pensar inclusão social a partir da inclusão digital, por se tratar este de uma questão estratégica, ou seja, a revolução tecnológica reserva à informação papel estratégico na reorganização social. Diz Silveira:

“(…) A sociedade é cada vez mais a sociedade da informação e os agrupamentos que não souberem manipular, reunir, desagregar, processar e analisar informações ficarão distantes da produção do conhecimento, estagnados ou vendo se agravar sua condição de miséria. O acesso à rede é apenas um

³ Sérgio Amadeu da Silveira, é sociólogo e escreveu o livro *Exclusão Digital - a miséria na era da informação*. Esta obra é referencial teórico sobre a exclusão digital neste trabalho.

pequeno passo, embora vital, que precisa ser dado.(...)” (Silveira, 2001)

Neste pensamento, está a guarida para a concretização dos Telecentro. Quais outros mecanismos de acessibilidade podem ter as comunidades menos favorecidas? Se é certo que tudo começa pelo acesso à rede, é certo que a rede só pode ser acessada por um computador, ou um celular, ou um iPhone, ou qualquer coisa que tenha capacidade de 'trafegar' na rede. Toda essa parafernália tecnológica, é um custo insuportável para as classes mais carentes. Se, a inclusão digital deve se processar de forma democrática, então o Estado precisa criar no primeiro momento, os mecanismos próprios para acessibilidade física, para que, no segundo momento a interatividade virtual possa se realizar.

Com relação a eliminação da exclusão social pela inclusão digital, Silveira coloca:

“A pobreza não será reduzida com cestas básicas, mas com a construção de coletivos sociais inteligentes, capazes de qualificar as pessoas para a nova economia e para as novas formas de sociabilidade, permitindo que utilizem as ferramentas de compartilhamento de conhecimento para exigir direitos, alargar a cidadania e melhorar as condições de vida. (SILVEIRA, 2001)

E SILVEIRA ainda aponta que **“(...) a proficiência em massa das pessoas para o uso da tecnologia da informação pode gerar a sinergia essencial para o desenvolvimento sustentado do país”.**(SILVEIRA, 2001)

A questão da estratégica em se promover a inclusão digital em massa está bem refletida nas idéias de Pierre Lévy, autor que tem dado importantíssima contribuição nas reflexões sobre a sociedade da informação **“(...) as performances industriais e comerciais das companhias, das regiões, das grandes zonas geopolíticas, são intimamente correlacionadas a políticas de gestão do saber (...)”**(LÉVY, 1999)

Desta forma, infere-se que a verdadeira riqueza de um país, na era da sociedade da informação, está na capacidade de geração do conhecimento. Quanto mais conhecimento, maior a riqueza. Não se pode mais tratar a questão da miséria apenas com assistencialismos, antes, é necessário que os governos entendam o panorama mundial que se desenha a partir das tecnologias da informação e a importância estratégica da inclusão digital, e passem a formular uma política pública de acessibilidade instituindo, ou facilitando a instituição de Telecentro visando a orientação e educação tecnológica.

A Educação Superior como meta é estratégica para se desenvolver pesquisa de base e, disseminar o conhecimento às outras estruturas sociais e educacionais . Novos modelos têm que ser implantadas e devem conter base tecnológica massiva, do contrário, é fazer o mesmo, do mesmo.

Referências para o projeto:

1. DARELLI, Lúcio Eduardo. **Telecentro como instrumento de inclusão digital para o e-gov brasileiro**. Dissertação de mestrado apresentado em defesa de Título em 2002. UFSC.
2. DARELLI, Lúcio Eduardo. **Compilação Histórica: O Telecentro no Brasil** - Volumes 1 e 2. Telesc, 1992
3. DARELLI, Lúcio Eduardo. **Módulo de Aplicações jurídicas para Telecentro**. Monografia apresentada na especialização em informática jurídica. Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, julho de 1997.
4. CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
5. Portal MEC/CNE
6. PNE – Lei 10172/01 Plano nacional da Educação.
7. LDB – Lei 9394/96 Lei de Diretrizes e bases da Educação Brasileira.
8. PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação.

CADERNO ANEXO

Anexo1: do portal www.idbrasil.gov.br (inclusão digital – programa GESAC)

Inclusão Digital para fazer Inclusão Social

Promover a inclusão digital como alavanca para o desenvolvimento social auto-sustentável e promoção de cidadania. Este é o principal objetivo estabelecido pelo Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), um programa de inclusão digital destinado as camadas C, D e E da sociedade. Disponibiliza um conjunto de serviços avançados de inclusão digital, com acesso à Internet em banda larga, a amplos setores da sociedade, excluídos do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores.

O Programa conta hoje com uma rede de 3.200 unidades de comunicação (antenas VSAT e modems que permitem a conexão à Internet via satélite, com média de sete computadores em cada ponto) instaladas e funcionando em escolas, unidades militares e telecentros. Estima-se que uma população superior a quatro milhões de pessoas esteja sendo atendida, pelo programa Gesac, por meio de 22 mil terminais conectados numa grande rede nacional. Para se ter uma idéia das proporções desse atendimento, o último censo do IBGE, de 1997, registrou que 17 milhões de brasileiros dispõem de acesso à Internet, em todo País (fonte: CPS/FGV).

Em sua execução, o programa uniu esforços com outras iniciativas de governo (Fome Zero/MDS, Proinfo/MEC) visando maximizar a utilização dos recursos desembolsados. A sinergia com outros órgãos (MD, MDS, MEC, MP, MDIC, SERPRO, ITI, empresas públicas e ONG's) tem permitido que diversas frentes de trabalho, que visam a inclusão digital, possam estar interagindo de forma colaborativa.

Para escolha das localidades beneficiadas com o programa, priorizou-se comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), regiões que não dispõem de acesso à internet e que já estivessem desenvolvendo alguma atividade apoiada por Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O programa atendeu todos os estados brasileiros. Comunidades indígenas, remanescentes de quilombolas, quartéis localizados nas fronteiras brasileiras e em regiões remotas e comunidades rurais são alguns exemplos de comunidades atendidas.

Formar uma rede virtual, que englobasse comunidades antes digitalmente excluídas, de todas as partes do país, tornou-se possível graças à utilização de tecnologias de transmissão de dados via satélite. O acesso é feito por antenas VSAT instaladas em cada localidade, que transmitem os dados para um satélite. Esse sinal é retransmitido para a Terra e tratado pelo Centro de Gerência do programa, localizado em Belo Horizonte. A partir daí se dá efetivamente a conexão com a rede mundial de computadores.

O combate à exclusão digital só será possível em caráter de política pública. A desigualdade tecnológica, a falta de acesso à informação e a pouca infra-estrutura disponível para o desenvolvimento solidário de conhecimento são fatores que colaboram para a marginalidade de parcelas da sociedade. Promover a utilização massiva dos recursos das TICs como mecanismo de desenvolvimento social é redesenhar o futuro do país.

Mas o Programa GESAC não se resume apenas ao acesso à internet. Ele possui uma cesta de avançados serviços de TICs que estão disponíveis aos usuários, além de um serviço de suporte telefônico gratuito 0800. Atende também as novas recomendações do Governo Federal quanto à utilização do software livre, onde o programa tem seus serviços TICs disponíveis nesta tecnologia. Entre esses serviços, estão a hospedagem de páginas, o endereço eletrônico, o gerenciador de conhecimentos e outras 6 facilidades.

Os serviços estão disponíveis no portal de Inclusão Digital do Governo Federal, www.idbrasil.gov.br. Esse portal proporciona total transparência ao programa, disponibilizando informações e outros documentos necessários às comunidades beneficiadas, bem como à sociedade em geral. Totalmente construído em software livre em parceria com o Serpro, este portal serve de repositório importante de informações às comunidades sobre o tema Inclusão digital. Os técnicos do

Serpro, Giuseppe Romagnoli e Eliane M Silva, apresentaram a solução do portal durante o 5º Fórum de Software Livre. "Este portal está representando para o Serpro um dos mais significativos casos de sucesso de solução baseada em software livre", afirmou Eliane. "Ficou evidenciado pelas manifestação dos presentes de que, para a comunidade Zope/Plone brasileira, há o entendimento de que o trabalho feito significa um impulso significativo a esta tecnologia no Brasil", segundo Giuseppe.

Atualmente, o programa está numa fase onde as ações são voltadas à articulação e formação de uma rede de conhecimento solidária. Nesse sentido, estão sendo lançados Projetos Comunitários como, por exemplo, o incentivo à produção de sítios das comunidades beneficiadas. O eixo principal dessas ações contempla a utilização das TICs para geração de emprego e renda e difusão da cultura local.

Por meio desses projetos, as comunidades às margens da tecnologia poderão se comunicar, trocar idéias, gerar conhecimento coletivo e até fazer negócios, criando uma nova cultura de compartilhamento e socialização da informação. A produção cooperativa de projetos via Internet é um fator de motivação para o aprendizado e, conseqüentemente, para a construção da inteligência coletiva.

Orçamento

O conceito de inclusão digital passa pelo fato do cidadão não ser cobrado pelo serviço na hora que vai usá-lo, pois o acesso à informação deve ser um direito de todo cidadão brasileiro, como é o acesso aos serviços de saúde e de educação. O fato de se ter ou não dinheiro não pode ser um obstáculo.

O orçamento atual do programa é de R\$ 78 milhões para 22 meses, a contar de maio de 2003. Os recursos financeiros necessários à implantação e à operacionalização do Programa GESAC foram consignados, inicialmente, na Lei Orçamentária Anual n.º 10.407 de 10/01/2002. Esse montante refere-se à totalidade dos serviços que devem ser prestados no âmbito do programa, ou seja: contratação de empresa especializada para fazer a implementação da estrutura de comunicação de dados, manutenção do serviço, criação de um Centro de Atendimento do programa para atender as dúvidas e reclamações dos usuários, além de todos os serviços de instalação e configuração dos softwares necessários.

Agentes Multiplicadores

O Programa conta com serviços baseados na interatividade de conteúdo entre os usuários. Para promover o uso dessas tecnologias, de 28 de junho a 13 de agosto ocorre o treinamento de cem multiplicadores. O objetivo é que esses colaboradores promovam capacitações locais e suporte virtual às comunidades atendidas pelo Programa, de forma que os recursos de TICs sejam intensivamente utilizados.

José Francisco Júnior, Coordenador do Núcleo Tecnológico Educacional (NTE) de São Pedro da Aldeia (RJ) e um dos multiplicadores, ressalta: "As pessoas precisam entender e atribuir sentido ao uso desta tecnologia em suas vidas, enquanto cidadãos. Só a presença do computador com Internet não é suficiente para gerar costumes e formar perfil cultural. A presença de profissionais qualificados, trabalhando no desenvolvimento de Projetos de Ação Pedagógica, com temas contextualizadores nas comunidades, é uma necessidade fundamental para o sucesso deste Programa."

Ampliação

Para o segundo semestre de 2004 já foram realizados estudos internos visando a ampliação do Programa que poderá atingir a marca de 5.200 pontos. Ainda espera-se ampliar a quantidade de serviços disponibilizados no intuito de maximizar a abrangência do GESAC e os seus resultados do ponto de vista dos investimentos públicos realizados.

Referências para o projeto:

9. DARELLI, Lúcio Eduardo. **Telecentro como instrumento de inclusão digital para o e-gov brasileiro**. Dissertação de mestrado apresentado em defesa de Título em 2002. UFSC.
10. DARELLI, Lúcio Eduardo. **Compilação Histórica: O Telecentro no Brasil** - Volumes 1 e 2. Telesc, 1992
11. DARELLI, Lúcio Eduardo. **Módulo de Aplicações jurídicas para Telecentro**. Monografia apresentada na especialização em informática jurídica. Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, julho de 1997.
12. CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.
13. CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
14. INTERNACIONAL ASSOCIATION OF COMMUNITY TELE-SERVICE CENTERS - "**Newsletter on Community Teleservice Center**". Genebra, Abril/1990.
15. AFONSO, Carlos A. **Internet no Brasil: o acesso para todos é possível?** São Paulo, Friedrich Ebe
16. INTERNACIONAL ASSOCIATION OF COMMUNITY TELESERVICE CENTERS "CTSC" - **Community Tele-Service Centers**. Genebra, Abril/1990.
17. JACQUARD, Albert. **Filosofia para não filósofos**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro, Campus, 1998.
18. JAMES, Jennifer. **Pensando o futuro**. São Paulo, Futura, 1998.
19. Portal MEC/CNE
20. PNE – Lei 10172/01 Plano nacional da Educação.
21. LDB – Lei 9394/96 Lei de Diretrizes e bases da Educação Brasileira.
22. PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação.
23. Projeto 914 BRA 1123 Legislação da Educação Superior.
24. Contatos MEC: e-mail: fnes@mec.gov.br